

Ao Excelentíssimo Senhor Prefeito da Estância Turística de Joanópolis

Requerimento nº 82/2013

Cristiano Benedito e Primo Giovani Poli Del Vechio,
Vereadores em exercício junto a Câmara Municipal, usando de suas atribuições legais,
requerem lhes sejam fornecidas as seguintes informações:

1. Relação de todas as contratações feitas pela Prefeitura Municipal a partir de 1º de janeiro de 2013 até a presente data, sejam elas: por cargos em comissão (incluindo os agentes políticos), por concurso público e por processo seletivo. Informar para qual cargo, função e setor cada um foi contratado;
2. Informar qual impacto financeiro essas contratações geraram na folha de pagamento;
3. Informar qual seria o percentual das despesas com pessoal, de acordo com o art. 20 da LRF, caso a Prefeitura não houvesse efetuado nenhuma contratação?

J U S T I F I C A T I V A

Cuida-se da função fiscalizadora do Poder Legislativo Municipal.

Demais explicações em plenário.

Joanópolis, 02 de agosto de 2013.

**Cristiano Benedito
Vereador**

**Primo Giovani Poli Del Vechio
Vereador**



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Gabinete

Rua Francisco Wohlers, 170 – Centro – Joanópolis/SP – 12980-000 - tel: (11) 4888-9200
Email: pmjoanop@uol.com.br www.joanopolis.sp.gov.br



Ofício Gab. nº 714/2013
Ref.: Requerimento nº 82/2013

Joanópolis, 05 de Setembro de 2013.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Solicito que o presente ofício, em resposta a Indicação em epígrafe, seja encaminhado aos vereadores solicitantes.

Venho pelo presente, mui respeitosamente, informar o que segue:

1. Seguem anexas todas as relações solicitadas.
2. Para o nobre edil ter um parâmetro a respeito das contratações, baseamo-nos na atual folha de pagamento e em sua correspondente, no ano de 2012, pois seria impossível mensurar o impacto financeiro destas contratações, uma vez que diversas das mesmas ocorreram em caráter de substituições por motivos de aposentadorias, desligamentos, términos ou rupturas de contratos e exonerações. Como o nobre edil poderá observar, curiosamente neste específico mês, a folha de pagamento de 2012 era maior do que a atual de 2013.

3. Informamos aos nobres edis que, principalmente no que diz respeito ao art. 20 da LRF, citado em vosso questionamento, informamos que esta administração encontra-se ipsis litteris em acordo e harmonia com a referida lei. Porém, se a título de curiosidade, tais percentuais de despesas que hoje se encontram em 49,21%, retroagiriam a 48,01%, mas as consequências seriam no mínimo absurdas. Encontraríamo-nos em uma Joanópolis sem aulas, pois no setor da educação, dezenas de professores e outros profissionais temporários não estariam presentes, além disso, sem coordenadores pedagógicos e diretores, os recursos do FUNDEB para o pagamento de todos os outros professores efetivos, contratados nos anos anteriores estariam comprometidos e ainda dentro da Secretaria da Educação, podemos afirmar que a ausência de um Secretário para as tratativas com a Diretoria de Ensino Regional e a Secretaria de Ensino Estadual, implicaria na paralisação de recursos destinados a subsidiar parte da merenda e do transporte escolar, o quadro atual seria de uma cidade sem aulas, sem transporte escolar e sem merenda.

Com relação à Secretaria de Saúde, podemos afirmar que a ausência de um gestor financeiro, no caso o Secretário Municipal de Saúde, levaria Joanópolis a ilegalidade, o que sujeitaria o município aos cortes de repasses federais e estaduais, como o PAB, o QMESE,



Prefeitura da Estância Turística de Joanópolis

Gabinete

Rua Francisco Wohlers, 170 – Centro – Joanópolis/SP – 12980-000 - tel: (11) 4888-9200
Email: pmjjoanop@uol.com.br www.joanopolis.sp.gov.br



os fundos e programas para a saúde bucal e os recursos farmacológicos, mais uma vez, levando nossa cidade à caótica posição de um município sem recursos para medicamentos, sem recursos para o transportes de pacientes e sem recursos para pagamentos de médicos e dentistas, obrigada a sobreviver com pouco mais de 29.000,00 (Vinte e nove mil reais) repassados pelo SUS, onde nossa realidade financeira tem como despesas mensais apenas com a saúde do município não menos de 400.000,00 (Quatrocentos mil reais).

A mesma situação aconteceria junto à Secretaria de Assistência Social e Cidadania, na ausência, determinada pela lei do gestor financeiro, Secretário Municipal e junto ao DRADS, a paralisação de recursos caso não fossem atendidas as determinações de contratações de profissionais que não existiam na rede como assistentes sociais, cuidadores e coordenadores sociais.

Com relação às demais secretarias, algumas incidindo mais no dia-a-dia e outras com consequências desastrosas para um futuro próximo, secretarias estas onde não visualizamos o funcionamento de maneira acéfala como, por exemplo, Administração e Finanças, sem a coordenação de arrecadações, licitações, processos de execuções, defesas e representações judiciais, bem como toda parte organizacional dos documentos e do próprio RH.

A Secretaria de Obras e Projetos, sem a respectiva coordenação, comprometeria de forma sensível todas as arrecadações através de taxas e a ausência de profissionais para coordenar os convênios, implicaria na perda dos necessários recursos, oriundos de programas e emendas conquistados ao longo dos anos, culminando com o fatídico descredenciamento de nossa cidade como Estância Turística.

No caso destas duas últimas secretarias, nas condições narradas, espelhariam a maquina pública travada, salários represados, recursos perdidos e grande expectativa de desemprego.

Não diferente disso ocorreria na Secretaria de Transportes e Serviços Municipais, que coordena os serviços braçais de limpeza e manutenções em Joanópolis, que sem o secretário, o coordenador e os encarregados não teriam condições de gerir os trabalhos e menos ainda o complexo universo das manutenções e reparos em equipamentos.

A Secretaria de Agricultura hoje alcançou os parâmetros legais do PNAE, junto a agricultura familiar e sem a coordenadoria necessária voltaríamos aos índices de todos os anos anteriores, porém intoleráveis dentro da atual legislação, o que resultaria no corte do referido recurso, conforme notificação da Controladoria Geral da União em visita ao nosso município em 2012.